Rainha sem reino (Estudo historico do seculo XV)

Alberto Pimentel

MUNDO DE LIBROS

Vista previa gratuita · Mundo de Libros · tiendamundodelibros.com

Rainha sem reino (Estudo historico do seculo XV)

Alberto Pimentel

Edición digital de dominio público.
Texto original: Project Gutenberg.
Mundo de Libros

RAINHA SEM REINO

BARROS & FILHA, EDITORES

RUA DO ALMADA, 104 A 114, PORTO

Litteratura e polygraphia

Alliança helleno-latina, discurso, por Emilio Castellar: 1 vol., 200 rs.

Cartas a Luiza (moral, educação e costumes), por D. Maria Amalia Vaz de Carvalho: 1 vol., 600 rs.

Diccionario de phrases latinas de uso mais vulgar, por Brito de Barros: 1 vol., 500 rs.

Farpões, por Brito de Barros (2.ª edição): 2 tomos, 500 rs.

Mulheres, romance, por Brito de Barros: 1 vol., a entrar no prelo.

Pandemonio, por Brito de Barros: 1 vol., 500 rs.

Rainha sem reino (estudo historico do seculo XV), por Alberto Pimentel: 1 vol., 600 rs.

Uma vida perfeita, por D. Maria Amalia Vaz de Carvalho: 1 vol., a entrar no prelo.

Viagens no Chiado, por Barros Lobo (_Beldemonio_): 1 vol., a entrar no prelo.

Educação e ensino

Modelos de redacção, auxiliares do curso de portuguez e dos alumnos d'instrucção primaria, por Antonio Manuel Gomes: 1 vol., cartonado, 500 rs.

Nova arithmetica e systema metrico das escholas primarias, por Jacob Bensabat: 1 vol., cartonado, 400 rs.

Resumo da historia portugueza para uso das escholas d'instrucção primaria, por Antonio Manuel Gomes; obra approvada pelo governo (2.ª edição): 1 vol., cartonado, 300 rs.

Rudimentos de arithmetica e systema metrico, por Antonio Manuel Gomes: 1 vol., cartonado, 200 rs.

RAINHA SEM REINO

(ESTUDO HISTORICO DO SECULO XV)

POR ALBERTO PIMENTEL

PORTO

BARROS & FILHA, EDITORES
RUA DO ALMADA, 104 A 114
1887

Imprensa Civilização—Rua de Santo Ildefonso, 73 a 77

I

SEGREDOS DA ALCOVA...

A infanta de Portugal, D. Joanna, filha de el-rei D. Duarte e da rainha D. Leonor d'Aragão, nasceu posthuma, em março de 1439. Duas grandes fatalidades pareceram cobrir com a sua aza negra o berço da infantasinha portugueza: o lucto pela morte de seu pae, esse illustrado e infeliz rei para quem a vida fôra pouco menos de um martyrio ininterrupto, e a peste que então grassava em Lisboa, obrigando a côrte da rainha viuva a retirar-se para Almada, onde a infanta nascera na quinta de Monte Olivete.

Menos feliz do que sua irmã D. Philippa, que n'esse mesmo anno morrera menina, tocada da peste, D. Joanna foi desabrochando as graças da sua infancia no meio de uma côrte melancholica, perturbada pelas luctas politicas da regencia, entregue ao cuidado da sua aia Maria Nogueira, e, mais tarde, confiada á companhia da sua camareira-mór D. Isabel de Menezes, mulher de Ruy de Mello, alcaide-mór de Elvas.

Menina e moça, a infanta, extremamente bella, fazia lembrar uma flor que vegeta á beira de um tumulo, porque essa côrte viuva, onde a _triste reina_ não tinha uma hora de serenidade de espirito, não era, de feito, mais do que o tumulo de todas as alegrias de familia, porque não as teve a de D. Duarte, nem a de seu filho Affonso V.

Chegando aos dezesete annos de edade, fôra D. Joanna pedida em casamento por seu primo Henrique IV, de Castella, que tinha nascido a 5 de janeiro de 1425, e fôra jurado principe das Asturias nas côrtes geraes de Valhadolid com festas publicas.

O bispo de Cuenca, que o baptizara, prégou sobre este thema: _Puer

natus est nobis._ Um menino nos nasceu. Mas apesar de nascer entre jubilos o menino, que no throno de Castella devia succeder a seu pae D. João II, as côrtes preoccuparam-se logo de resolver uma questão importantissima. Fôra o caso, que D. João II havia casado com a infanta D. Maria, sua prima carnal, filha de Fernando I, de Aragão, irmã de D. Leonor, casada com D. Duarte, de Portugal, e que este casamento intromettera nos negocios politicos de Castella os infantes de Aragão, especialmente D. João e D. Henrique, que procuravam tomar ascendente no animo do rei, seu cunhado.

D. Henrique, que era mestre de S. Tiago, e que aspirava a desposar, como desposou, D. Catharina, irmã do rei D. João, foi até ao extremo de assaltar o paço, e de querer aprisionar o rei. O infante D. Henrique entrara preso na fortaleza de Móra, e D. João II representou ao rei de Aragão, Affonso V, para que lhe entregasse os cavalleiros que tomaram partido por D. Henrique. Mediaram negociações, e o rei de Aragão resolveu finalmente invadir o reino de Castella.

Fôra pois a noticia d'esta invasão o assumpto que preoccupara a attenção das côrtes. Se o rei de Aragão se obstinasse em penetrar em Castella, o que se havia de fazer? Resistir-lhe, decidiram as côrtes ao cabo de longos debates.

Vagara entretanto o throno de Navarra, a que o infante aragonez, D. João, subira pelo seu casamento com a infanta D. Branca. Este incidente deu uma nova face ás pendencias de D. João de Castella com D. Affonso de Aragão. O infante D. Henrique reconquistara a liberdade, para continuar a lucta, e o rei de Aragão dissolveu o exercito com que se havia preparado para combater o adversario.

Em 1425 nascera, como dissemos, da alliança de D. João II com sua

prima D. Maria, um infante, que recebeu o nome de Henrique. Era o quarto do nome que devia succeder na coroa de Castella.

A rainha D. Maria morreu envenenada, em Villecastin, a 15 de março de 1455. Pouco antes havia tambem fallecido em Toledo, crê-se que por effeito de veneno, sua irmã a rainha D. Leonor, viuva de D. Duarte, de Portugal. A morte d'estas duas princezas filia-se no apoio que poderiam querer dar ou receber do infante D. Henrique, seu irmão. Não faltou todavia em Portugal quem indiciasse o infante portuguez, D. Pedro, como cumplice, senão auctor, da morte de sua cunhada D. Leonor de Aragão, para evitar novos embaraços politicos á regencia, durante a menoridade de Affonso V. Esta suspeita, lançada sobre o caracter do infante D. Pedro, não conseguiu maculal-o perante a historia, porque são os proprios chronistas hespanhoes, entre elles Flores, que apontam o condestavel castelhano, D. Alvaro de Luna, como promotor do envenenamento de ambas as princezas. O infante D. Pedro havia até annuido a que D. Leonor voltasse para Portugal, mas a negociação mallograra-se pelo subito fallecimento da rainha em Castella.

Pelo que respeitava a esta senhora, receava D. Alvaro que influisse para que seu irmão D. Henrique voltasse a Toledo, d'onde fôra expulso, porque servindo a causa de seu irmão julgaria a rainha de Portugal favorecer a sua propria causa contra o regente D. Pedro.[1]

Quanto á rainha de Castella, D. Maria, pensou o condestavel D. Alvaro em desembaraçar-se da sua influencia por um meio violento, aliás muito vulgar então na côrte castelhana: o veneno.

«Uma e outra, diz o padre Flores, morreram de veneno, segundo a promptidão e effeitos da morte; pois que D. Leonor morreu de

repente, depois de tomar um remedio caseiro; D. Maria não sentiu maior enfermidade que uma dor de cabeça, e ao quarto dia morreu. Os cadaveres de ambas cobriram-se egualmente de vergões, e portanto se attribuiu a morte a veneno. De mais a mais, vê-se do processo instaurado contra D. Alvaro de Luna, que influira para que fosse ministrada peçonha ás duas rainhas.»

O plano de D. Alvaro não falhara, porque logo depois da morte da rainha feria-se a 29 de maio uma batalha junto a Olmedo. O rei venceu. D. Henrique morreu, em Calatayud, do ferimento que recebera durante a batalha, e D. Alvaro de Luna conseguira ser investido no mestrado de S. Tiago, que o infante tivera.

Fôra o condestavel D. Alvaro que negociara o segundo casamento de D. João II, de Castella, com a infanta D. Isabel, filha do infante D. João de Portugal e neta de D. João I. D'este segundo casamento nasceram a infanta D. Isabel e o infante D. Affonso, que vieram a representar na politica de Castella um papel importante, principalmente Isabel, que sobreviveu ao irmão, e que pelo seu casamento com Fernando de Aragão preparou a unidade hespanhola, finalmente realizada por Carlos V.

Por agora, reportemo-nos ao nascimento de Henrique IV, successor do throno de Castella.

O menino tinha nascido, mas não nascera com elle a tranquillidade da côrte de D. João II. Discussões de toda a ordem a agitavam. De mais a mais, o condestavel D. Alvaro de Luna, valido do rei, tinha visto levantarem-se contra elle todos quantos beneficiara, e a tal ponto o combatiam, que o rei se viu obrigado a pactuar em Castronunho, acceitando a imposição do desterro temporario de D. Alvaro.

Mas não teve forças D. João II para romper com o valido. Saltou por cima da concordata de Castronunho. Reagiram os confederados, e uma nova reunião foi aprazada para Valhadolid. O principe das Asturias assistiu, e concordou com os demais em que, por pedido do rei, se désse salvo-conducto a D. Alvaro de Luna; mas, no dia seguinte, o principe voltou-se para a politica dos confederados, impondo por sua vez condições ao rei.

Um tal procedimento causou grande escandalo na côrte. _Puer natus est nobis._ D. João II não podia duvidar de que tinha um filho, e por tal signal que lhe ia dando muito que fazer. É verdade que parecia inspirar-se nas suggestões de um mau conselheiro; nem tudo era obra propriamente sua. Dominava-o um donzel, de nome João Pacheco, seu valido, filho de Affonso Telles Giron, senhor de Belmonte.

Fôra o proprio condestavel D. Alvaro quem puzera este desagradecido rapaz, seu pagem, ao lado do principe, e é curiosa a circumstancia de que o condestavel dominava tanto o rei quanto o Pacheco dominava o principe.

Mas o feitiço voltara-se contra o feiticeiro, e Pacheco, feito marquez de Vilhena por D. João II, parecia agora aconselhar o principe a conspirar contra a politica do rei, que era a politica do condestavel. O principe das Asturias unira-se, pois, aos inimigos de D. Alvaro de Luna, que, tendo sido valido, veio a acabar no cadafalso, como quasi todos os validos em Castella.

O mesmo rei, que o defendera, entregou-o aos seus inimigos e, depois de o haver atraiçoado, mandou-o chorar pelos poetas da côrte. Um dos que choraram por conta do rei foi João de Mena.

D. João II pensou em arrancar o filho á influencia de Pacheco. Para

isso lembrou-se de um meio: casal-o. Casal-o de facto, entende-se, porque D. Henrique já estava desposado com D. Branca de Navarra, como fôra estipulado no tratado de paz feito entre os reis de Aragão, Navarra e Castella.

Fez-se o que o rei pensara. D. Branca viera para Valhadolid juntar-se com o seu noivo. Realizaram-se festas esplendidas; houve saraus, banquetes, cannas, torneios, montarias e toiros. Dir-se-ia que o reino estava nadando em felicidade e paz. Mas, apesar das festas, o casamento de D. Henrique com essa infeliz princeza, que devia ser esposa mallograda, fôra tristemente agoirado. Os torneios e as festas deixaram uma lugubre recordação, ensanguentada pela morte e pelos ferimentos de alguns cavalleiros. As pontas das lanças, com que lidaram, eram de ferro acerado, de modo que a lide sahiu a valer.

Do casamento do principe das Asturias com D. Branca, de Navarra, não houve filhos. O principe dava-se habitualmente a outro genero de prazeres, segundo o testemunho de Mariana, e assim se explica a grande privança em que vivera com João Pacheco.

Quatorze annos já iam corridos sem que D. Branca désse successão. A voz publica attribuia a culpa d'esta esterilidade a impotencia do principe, e aos maus habitos adquiridos. Dizia-se geralmente que a pobre princeza estava como nascera. Mas, no processo do divorcio, o fundamento official é a impotencia relativa dos dois consortes. Questão de bruxedos, segundo as idéas da epocha, mas não, por certo, segundo as idéas de Pacheco, que outras razões teria.

Posta a questão do divorcio no fôro ecclesiastico, pronunciou sentença de nullidade Luiz da Cunha, que governava a egreja de Segovia. O processo subiu por appellação a Roma, e o papa Nicolau

Hasta aqui llega la vista previa gratuita.

Sigue leyendo este libro completo en tu biblioteca:

compralo por $20 MXN o leelo con la Membresia ($149 / 30 dias).

tiendamundodelibros.com